



*Esta seção aborda o projeto de privatização do governo Bolsonaro. Na batalha pelas vendas das empresas, o governo incluiu mais de quatrocentas, coligadas ou sem influência da União, entre as estatais.*

## Redução do Estado como meta do governo

Em entrevista, na noite de 3 outubro, o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, já antecipava o resultado da nova forma que o governo Bolsonaro criou para classificar as empresas estatais. "Em janeiro, quando assumimos o governo, encontramos 134 estatais. Fizemos uma revisão nos números e, decorridos esses primeiros nove meses, encontramos mais de seiscentos negócios nos quais o governo tem participação. Estamos buscando transparência para que sociedade saiba onde estamos investindo o dinheiro do pagador de impostos". Ele ainda chamou a atenção para a necessidade de reduzir o tamanho do Estado. O caráter político do estudo e do anúncio de seus resultados já ficava evidente.

De acordo com os dados apresentados, a União gastou 190 bilhões de reais nas empresas estatais nos últimos dez anos. Foram 160 bilhões para cobrir custos das estatais dependentes da União e trinta bilhões para ajudar as não-dependentes. "Imagina se esse recurso fosse usado em creche, merenda escolar, em melhores viaturas, para ampliar o número de quartos dos hospitais, entre outras coisas. Olha o tanto de coisa que poderíamos investir na sociedade", completou.

Estes novos dados foram divulgados em 11 de outu-

bro, junto com a 11ª edição do Boletim das Estatais Federais, um balanço trimestral sobre as empresas estatais brasileiras. O acréscimo substancial no número de subsidiárias, por exemplo, de 87 para 158, é fruto dessa nova metodologia de classificação.

Pelos critérios adotados até o gestão de Michel Temer, eram 133 companhias que estavam ligadas à União. Pela recontagem do governo Bolsonaro, elas passaram a 204. Sendo que, destas, 45 têm sede no exterior.

A União tem o controle direto de 46 dessas empresas. E são 158 subsidiárias, cujo controle é indireto, pois pertencem a uma das seis estatais-mães (Petrobras, Eletrobras, Caixa, Banco do Brasil, BNDES e Correios). Antes da recontagem eram 46 estatais de controle direto e 87 subsidiárias.

Até março, eram 162 subsidiárias, já sob os novos critérios. As quatro empresas que saíram da lista foram a BR Distribuidora e Stratura Asfaltos, que pertenciam à Petrobras e que foram vendidas; a Logigás, incorporada pela própria Petrobras; e a BB Turismo, agência do Banco do Brasil, que está em processo de liquidação.

Pelo novo método de contabilidade das empresas, as Sociedades de Propósito Específico (SPEs) passaram a ser consideradas como subsidiárias. As

SPEs são empresas criadas por meio de sociedade – parcerias entre entes públicos e/ou privados – com um fim pré-definido. As SPEs surgiram a partir de 2004 para impulsionar as parcerias público-privadas (PPPs), cujo objetivo era construção de grandes projetos de infraestrutura, como obras de usinas hidrelétricas ou de construção civil. Quando a empresa conclui o serviço, a SPE deve ser encerrada ou deve assumir necessariamente um outro serviço da mesma natureza.

As 42 SPEs que passaram a ser consideradas empresas subsidiárias são todas vinculadas à Eletrobras. A fatia da estatal nessas sociedades varia de 15% a 99,9% do capital. A Eletrobras colocou à venda a sua participação em 39 dessas SPEs, das quais 38 geradoras de energia eólica e uma transmissora de energia.

Segundo estudo feito pelo jornal *Gazeta do Povo*, "além das SPEs, o Ministério da Economia incluiu como subsidiárias trinta empresas internacionais ligadas ao Banco do Brasil, Caixa, Eletrobras e Petrobras. Com isso, o número de subsidiárias no exterior subiu para 45. Também foram incluídas como subsidiárias mais três empresas nacionais ligadas a estatais-mães."

O número de estatais de controle direto não mudou e continua sendo 46, sendo 28 empresas independentes e dezoito dependentes de recursos do orçamento da União.

O objetivo da atualização dos dados, segundo o documento divulgado pelo Ministério da Economia, foi "conferir transparência quanto às informações prestadas à sociedade e aos órgãos de controle" e que "estes dados irão fundamentar todos os estudos de privatizações e desinvestimentos estatais de forma a continuar o grande processo de transformação do Estado no qual estamos diretamente

inseridos", deixando, ainda mais evidente, o caráter político da recontagem.

Com estes novos critérios, o governo concluiu que há, ao todo, 637 empresas sob influência do Estado. Esse número, divulgado no começo do mês, inclui 46 estatais de controle direto e 159 subsidiárias. As novidades são 233 coligadas (empresas que estatais ou subsidiárias têm influência); 199 simples participação (empresas nas quais as empresas de controle direto ou suas subsidiárias não têm influência, só participação), que totalizam 432.

As classificações "coligadas" e "simples participação" foram criadas pelo governo Bolsonaro, com o objetivo de mostrar o "gigantismo" da máquina estatal brasileira. Segundo o próprio secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, o objetivo da reclassificação foi mostrar para toda a sociedade o tamanho do Estado e a influência que ele tem em diversas empresas. Os governos anteriores trabalhavam somente com o número de estatais de controle direito e subsidiárias.

Na sequência desta recontagem, o Ministério da Economia trabalha para apresentar a chamada lei delegada, que permite que o Congresso autorize, de uma só vez, a venda de estatais em série. Entretanto, este debate não deverá ser tranquilo.

Além dos interesses políticos, há a decisão do Supremo Tribunal Federal, de junho deste ano, que determina que o governo federal não pode vender estatais sem aval do Congresso Nacional e sem licitação quando a transação implicar perda de controle acionário. O governo comemorou a decisão, pois a corte também decidiu que as empresas subsidiárias não necessitam de autorização do parlamento para serem vendidas. De qualquer forma, esta decisão pode servir para dificultar a gana privatista do governo Bolsonaro/Guedes.

## FONTES:

HYPERLINK: "<http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/boletim-das-empresas-estatais-federais>"

HYPERLINK: "<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/estatais-federais-quantas-empresas-tem-governo-federal/>

HYPERLINK: "<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/06/stf-julgamento-privatizacao-estatais.ghtml>"